

PT notícias

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores



ANO III Nº 87
De 16 de dezembro/99 a 05 de janeiro/00

PT realiza seu II Congresso e define rumos para enfrentar o neoliberalismo

De 24 a 28 de novembro, no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte (MG), 928 delegados e delegadas participaram do II Congresso Nacional do PT. O Sesc foi tomado pelas delegações petistas de todos Estados do país, além do grande número de convidados e observadores brasileiros e internacionais, representando organizações políticas e partidárias, ambientais, de direitos humanos de países como França, Portugal, Uruguai, México, entre outros.

A pauta do II Congresso previa três discussões centrais, além da renovação da direção nacional e da presidência: elaborar um novo Programa para o Brasil capaz de apontar para um novo projeto de país, coerente com a perspectiva socialista; a discussão da conjuntura, especialmente o quadro político e econômico nacional, incluindo aí a atitude em relação ao governo FHC, as alianças políticas e as eleições municipais; e a concepção de partido que o PT adotaria para o próximo século. Essa discussão - que oporia distintas concepções político-organizativas - seria finalizada com a adoção de um novo Estatuto para o Partido.

Foram apresentadas 12 teses, discutindo estas três questões, e duas declarações (uma da tendência O Trabalho e outra de Milton Temer).



Com semanas de antecedência ao início do Congresso já eram públicos os nomes de três "presidenciáveis" do PT: os deputados federais José Dirceu (SP), candidato ao

terceiro mandato; Milton Temer (RJ); e o então secretário geral do DN, Arlindo Chinaglia (SP).

Para os que não puderam estar nas terras mineiras, uma equipe de

jornalistas noticiou em tempo real as atividades, discussões e votações. As informações foram disponibilizadas na página do PT, que teve mais de 54 mil acessos.



Abaixo-assinado pede cassação do prefeito de Mundo Novo

Na última segunda-feira, dia 13 de dezembro, foi protocolado na Câmara Municipal de Mundo Novo (MS) abaixo-assinado pedindo a cassação do prefeito Kléber Corrêa, que assumiu o Executivo do município após o assassinato da prefeita petista Dorcelina Folador, ocorrido em 30 de outubro.

O documento se baseia na declaração do secretário de Finanças, Jusmar Martins, nomeado pelo prefeito. Martins confessou à polícia ser o mandante do crime e falou à imprensa que Corrêa, seu cunhado, "sabia de tudo e mesmo assim o nomeou para comandar as finanças do município". A confissão de Jusmar tem gerado manifestações em Mundo Novo, com a população acampada em frente à prefeitura e impedindo que Kléber Corrêa entre no prédio.

O pistoleiro Getúlio Machado, que confessou ter descarregado o pente de uma automática calibre 380 sobre Dorcelina, disse ter recebido R\$ 20 mil do despachante Roldão Teixeira de Carvalho e que ainda receberia mais R\$ 15 mil

pelo "serviço". O total de R\$ 35 mil seria pago pelo secretário de Finanças, Jusmar Martins.

Mentiras anunciadas

Jusmar afirmou que mandou matar Dorcelina porque ficou decepcionado com a prefeita. Segundo ele, teria investido "muito dinheiro na campanha política de Dorcelina em 1996" e, quando ganhou dela o cargo de secretário de Agricultura, foi exonerado no início de 1997.

De acordo com Humberto Amaducci, que foi assessor no conselho do Orçamento Participativo de Mundo Novo, "esta declaração é mentirosa". Amaducci afirma que Jusmar nunca deu dinheiro para eleição de Dorcelina. "O PT pagou sozinho toda a campanha", contou.

Amaducci diz ainda que a exoneração de Jusmar da secretaria de Agricultura, no início da gestão de Dorcelina, "deve-se ao fato de que o então secretário não participava do Conselho Administrativo, da qual fazia parte, e que os agricultores questionavam o conhecimento de Jusmar sobre a pasta que ocupava".

Perguntas se insinuam como se fossem evidências e o cronista não resiste ao transe mediúnico

Conservador em política, o brilhante dramaturgo Nelson Rodrigues não sabia que, ao criar seu personagem Palhares - o mau caráter, incorria em premonição. E das brabas.

Mas pode ser que Rodrigues - embevecido frente à perfeição da criatura - tenha lhe desferido uma martelada no joelho, gritando: "Age!" - e Palhares obedeceu e se fez Palhares.

Outra hipótese é que a vida imite a arte e que um então jovem Palhares, de tanto ler Rodrigues, não tenha resistido e, à força da homônimia, tenha decidido superar seu rival ficcional. Se foi assim, como todo personagem da cena rodrigueana exige um tom mórbido, o jovem se fez médico legista - cadáveres dão sempre a chance do exercício de uma pusilanidade maior!

E Palhares queria muito - embora parecesse ser modesto.



Os anos se passaram. Por volta de 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos) de 1999, vistas provas e contraprovas, a CPI do Narcotráfico deixou transparente que um certo legista Palhares teria recebido US\$ 400 mil para forjar a versão científica de suicídio no caso PC Farias/Suzana

Marcolino. Sim, era ele!

E se era ele, deixemos de lado o varejo - como o crime da rua Cuba, com laudo de Palhares e no qual atuou como advogado o atual ministro da Justiça. Fiquemos com as perguntas que insistem em se insinuar no atacado:

Quanto terá custado o contralaudo emitido por

Palhares para descaracterizar o massacre dos 19 sem terra em Eldorado dos Carajás? O documento foi a principal peça para a absolvição dos 150 PMs do Pará. Supondo-se a transação, quem pagou a fatura?

Quanto e quem teria custeado seu desempenho na equipe da Unicamp que investigava as ossadas da Vala de Perus?

De acordo com o professor Nelson Massini (Caros Amigos, março/1999), quando ele (Massini) e sua equipe foram contratados pela prefeita Luiza Erundina para cuidar do caso de Perus, o então ministro do Exército, Carlos Tinoco Ribeiro, recebia relatórios dos trabalhos da equipe, antes que esta os passasse à prefeita. Segundo Massini, a informação chegava ao ministro por meio do deputado Delfim Netto. Do que se conclui da entrevista, o agente do deputado na equipe da Unicamp era Palhares. Massini diz ainda:

"Soubemos depois que houve uma carta para o ministro do Exército pedindo verba para o Delfim se empenhar na procura de presos políticos desaparecidos".

Enfim, perguntar não ofende - não é mesmo?

Alípio Freire é editor da Revista Sem Terra

EMAI S Entrevista com José Dirceu, presidente do PT eleito no Congresso

página 2

Lula avalia o II Congresso e as perspectivas para o país

página 3

Agora é a vez dos sem-teto, dizem Bonfim e Barbosa

página 12

Desafios e definições do II Congresso Nacional do PT

'Revolução Democrática' expressa possibilidade do PT ser governo

Deputado federal eleito por São Paulo, aos 53 anos, José Dirceu de Oliveira e Silva foi novamente eleito presidente nacional do PT. Assumiu, ainda no II Congresso Nacional do Partido, seu terceiro mandato. Em entrevista ao PT Notícias, Dirceu fala um pouco sobre sua avaliação do Congresso que o elegeu, perspectivas políticas do PT e da oposição, deliberações aprovadas e expectativas do novo presidente.

Qual a sua avaliação do II Congresso do PT? Qual o avanço político programático?

O nosso II Congresso representa a possibilidade concreta do PT ser governo no Brasil. O Congresso armou o Partido com uma política programática de alianças e aprovou mudanças que podem viabilizar nosso objetivo de construir uma aliança política mais ampla do que a esquerda, com base no programa da Revolução Democrática aprovado e com uma ampla mobilização apoiada no Manifesto em Defesa do Brasil para vencer as eleições em 2002.

O avanço político programático está expresso na proposta da Revolução Democrática, que é uma síntese da elaboração programática do PT nos últimos 20 anos. Além de conter todas as políticas públicas que o nosso Partido desenvolveu em sua história, ela assume a questão nacional, radicaliza a questão social e, definitivamente, faz do PT o partido da democracia.

Fica claro que, sem uma mudança radical na relação do PT com a globalização não haverá desenvolvimento para o Brasil e que, sem uma mudança no modelo econômico não haverá solução para os problemas sociais do país.

As deliberações do Congresso mudam os rumos do PT? Aponta diretrizes para o novo Estatuto?

Sim. As deliberações do II Congresso com relação ao Partido e sua organização são radicais. Começando pela eleição direta, que vai aumentar em muito a participação dos filiados nas decisões do PT, abrindo-o mais para a sociedade. Além

das eleições diretas, o prazo de um ano para filiação e as exigências de realização de plenárias, debates e conferências antes dos encontros de forma obrigatória são um grande avanço no sentido da politização, assim como a descentralização do Partido, começando pelas finanças, informação e pela formação política.

O PT precisa se fortalecer nos diretórios zonais e principalmente nos diretórios municipais, se fortalecer nas comunidades, nos bairros, abrir as suas portas para a cultura, para a juventude, para a solidariedade social. O Congresso deixou claro que o Partido precisa ter uma estrutura para mobilização, para a luta social e precisa mudar radicalmente a sua formação política, com uma formação dirigida ao filiado além daquela voltada aos dirigentes. O Partido precisa cadastrar os seus 45 mil dirigentes e os seus 3.500 diretórios, mantendo com eles uma relação de informação e formação constante, daí a necessidade de uma mudança radical de nossa comunicação.

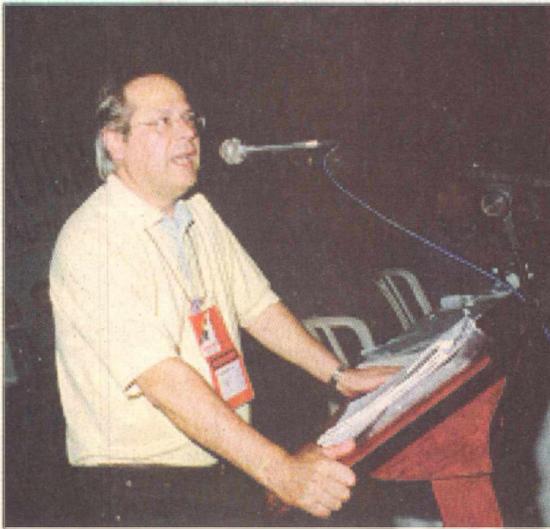
Garantir o pleno emprego. Qual a contribuição do II Congresso para a atuação partidária nesta questão?

O II Congresso foi muito claro e objetivo na questão da luta contra o desemprego e pelo pleno emprego. Entre as três principais tarefas de mobilização para o ano 2000, a primeira é a luta pelo emprego e contra a miséria e a pobreza. Uma das propostas é um projeto de lei de iniciativa popular para recolhemos um milhão de assinaturas em todo o país, promovendo manifestações e debates sobre a questão do emprego. E é preciso ter clareza que 2000 será um ano de mobilizações, como já apontou o ano de 1999: petroleiros, bancários, metalúrgicos, químicos, condutores e metroviários realizaram greves importantes.

A inflação, a perda do valor dos salários, os cortes nos gastos sociais, o crescimento da violência

O PT, depois da Marcha dos 100 mil, provou que é capaz de mobilizar a sociedade.

indicam para a retomada das mobilizações sindicais e o nosso Partido estará à frente delas. Até porque, iremos colocar também na ordem do dia a questão da dívida externa, apoiando e dando sustentação ao plebiscito proposto pela CNBB, Conic, MST, CUT e Contag, entre outros. Por fim, o Partido vai, junto com a Frente Democrática e Popular, levar o Manifesto em Defesa do Brasil por todo o país, em caravanas com a participação de nossas principais lideranças, particularmente o companheiro Lula e com o apoio, participação e, tenho



certeza, entusiasmo de nossa militância.

Quais devem ser as prioridades do Partido para os próximos dois anos?

O PT deve priorizar nestes próximos dois anos a sua consolidação como um partido popular organizado pela base, de luta social, politizado, um partido programático, democrático e socialista. Outra prioridade deverá ser assumir seus governos, consolidá-los, aplicar o programa que os elegeu. Consolidar o modo petista de governar nas cidades brasileiras obtendo uma grande vitória eleitoral no ano 2000, inclusive para derrotar politicamente o governo FHC, a coalizão que o sustenta e seu modelo econômico. Para o PT é fundamental, no mínimo, dobrar o número de vereadores. O PT, depois da *Marcha dos 100 mil*, provou que é capaz de mobilizar a sociedade.

Como você avalia que deva ser o funcionamento da direção do Partido?

A direção partidária precisa e deve ser uma direção coletiva. Nosso objetivo principal deve ser o fortalecimento das instâncias do Partido. O DN deve aprovar a cada trimestre as diretrizes básicas para a ação do Partido e avaliar a anterior, a partir, evidentemente, das resoluções do II Congresso e dos documentos básicos do PT. A CEN tem a tarefa de implementar esta política. O Partido precisa expandir a sua ação junto às suas bancadas na Câmara, no Senado e nos governos. Para isso, precisamos qualificar a nossa Secretaria Geral e a SNAI. Precisamos melhorar radicalmente a comunicação interna no Partido, com debates constantes com as direções estaduais para implementação de nossa política comum, nacional.

Tenho certeza que uma direção nacional coletiva, que faça prevalecer as instâncias partidárias e não as tendências, as lideranças, mandatos ou cargos executivos é condição para o Partido crescer politicamente.

Nosso objetivo principal deve ser o fortalecimento das instâncias partidárias. Isso significa que o debate deve se travar nestas instâncias, que devemos fortalecer a organização do Partido, suas secretarias, suas finanças, sua comunicação e, principalmente, aplicar as

suas decisões.

Em entrevista ao Jornal do Brasil você afirma que houve avanço com relação a aprovação da política de alianças, incluindo setores do PMDB e PPS. Que setores são esses?

São aqueles que se opõem ao governo FHC, ao neoliberalismo e aqueles que queiram fazer alianças com a esquerda, com o PT, a partir do programa aprovado para as eleições de 98 e o da Revolução Democrática - programas que preservem os nossos princípios éticos, de combate à corrupção, de mudanças sócioeconômicas em nosso país, que ajudem a radicalizar a democracia no Brasil. Alianças, sim, mas com base em um programa, na oposição a FHC e ao neoliberalismo.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) convidou o PT a discutir as eleições municipais do ano 2000. Quais são suas expectativas para este possível debate?

Minhas expectativas são médias, neutras. O PPS oscila em propor uma agenda comum de discussões com o PT e a oposição setorial, muita vezes raivosa ao Partido. Portanto, as propostas e os discursos do PPS são dúbios, contraditórios. Por um lado, dizem que querem fazer oposição a FHC e ao neoliberalismo. De outro lado, querem disputar, acredito que de maneira equivocada, a hegemonia com o PT. Cabe ao PPS decidir o que quer. O PT vai se manter à esquerda, com seus compromissos já muito claros para o país.

O Congresso definiu a realização de Conferências Nacionais do Partido. Para o próximo ano, quais temas programáticos deverão ser debatidos?

Acredito que a primeira Conferência Nacional que devemos fazer é a eleitoral, para prepararmos o Partido para o ano 2000; além das conferências de finanças e de formação política. Devemos também fortalecer as conferências setoriais: dos portadores de deficiências, de combate ao racismo, de meio ambiente, de educação e da luta contra a pobreza, miséria e pelo pleno emprego. As conferências precisam preparar o Partido para atuar na realidade do dia-a-dia. E apesar de todas essas tarefas, temos o compromisso de fazer

também um debate sobre o socialismo no ano 2000.

Você acredita que as discussões sobre a adoção ou não da palavra de ordem "Fora FHC" paralisou o Congresso?

Não. O Congresso deliberou sobre programa de governo, fez o debate, todas as emendas foram discutidas e votadas, realizou as plenárias de grupo, discutiu e debateu a conjuntura para além da questão tática e de palavras de ordem. Discutimos, inclusive, a questão das eleições do ano 2000, da política de alianças, socialismo.

De qualquer forma, está evidente que o modelo de congressos e encontros que realizamos está esgotado e defendemos mudanças. Devemos aproveitar estes eventos para mostrar à sociedade o que fazemos no parlamento, em nossos governos, nas entidades que participamos, nas lutas sociais, na solidariedade social.

Também ficou evidente que determinados setores do Partido priorizaram a questão do "Fora FHC" e, com isso, prejudicaram, sim, o Congresso, porque esta questão não é a que define o caráter do PT e muito menos a nossa tática. O Congresso aprovou derrotar FHC e construir um governo popular, ou seja, queremos que FHC deixe o governo democraticamente, derrotado por uma coalizão de esquerda e que derrotemos também sua aliança conservadora para que possamos realizar um governo que faça uma revolução democrática no país. Acredito que o Congresso equacionou bem esta questão.

A cobertura que a imprensa apresenta sobre o PT está distante do que efetivamente é discutido pelo Partido?

Sim e não. A imprensa colocou dois temas na ordem do dia: o socialismo e o "Fora FHC". O Congresso e o PT não se reduzem a estas duas questões, mas elas foram importantes. É claro que a imprensa toma partido, opina e, mais, forma

opinião, muitas vezes na oposição ao PT e à esquerda. Mas trata-se de uma disputa política que nós devemos realizar e muitas vezes não a fazemos ou, pior, damos corda para a imprensa que quer fazer maiorias e opiniões dentro do PT.

Quanto às eleições de 2002, a imprensa tem constantemente especulado sobre o nome que o PT apoiará para presidência da República. Com tamanha pressão, o PT não corre o risco de ser atropelado por esta discussão?

O PT não vai decidir qual o seu candidato à presidência da República, nem porque a imprensa quer, nem porque alguns partidos querem ou porque alguns dentro do PT assim desejam. O Partido vai, primeiro, discutir - a sua direção com a participação do companheiro Lula - essa questão.

Depois, vai estabelecer um método para tomar decisões. Se Lula não for candidato, o PT vai consultar seus filiados - e, se depender de mim, será por meio de uma primária, não como prévia na qual só participam filiados, mas onde todos os eleitores do PT possam escolher o candidato à presidência da República. O PT não é um partido que possa tomar decisões só pensando em si mesmo. Ainda que, se necessário, o fará.

O PT quer alianças, quer construir uma candidatura única das esquerdas e, se possível, das oposições, mas se tiver que sair sozinho para disputar a Presidência, o fará. Temos nomes, força social e eleitoral, militância e propostas e, tenho certeza, estará no segundo turno.

A direção partidária precisa e deve ser uma direção coletiva



PTnotícias

Jornal de Diretoria Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rosana Ramos

MTB 19131

REDAÇÃO

Rosana Ramos,

Fernanda Estima

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Bimbo e

Sônia M. N. Pedroso

PAGINAÇÃO ELETRÔNICA

Alexandre Machado

FOTOS

Roberto Parizotti

ILUSTRAÇÕES

Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP

CEP 01019-000

Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

e-mail: ptnot@pt.org.br

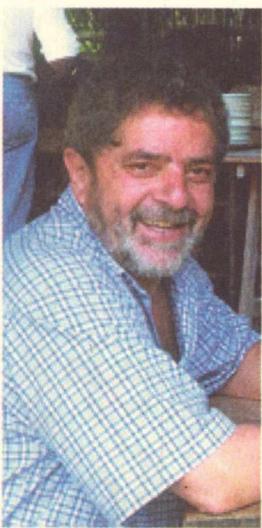
Home page: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Artpress

CONGRESSO DO PT

O II Congresso do PT e o Brasil



O Partido dos Trabalhadores realizou o seu II Congresso e saiu dele mais preparado para enfrentar os grandes desafios dos próximos anos. Saiu com cara de maior responsabilidade. E não somente como partido de oposição. Mas como uma grande opção de poder para o Brasil, construída e consolidada com as demais forças de oposição ao projeto neoliberal do governo FHC. A militância do PT está consciente desse caminho e deve continuar avançando por ele com muita garra.

A tese-guia aprovada no Congresso, sob a liderança de Zé Dirceu, presidente reeleito do Partido, é um verdadeiro programa de governo. Somada às diretrizes políticas que o PT acumulou ao longo da sua história, ela vale para disputar qualquer eleição no

país. Vale para disputar e vale para governar. A tese aprovada orienta a oposição de forma clara e direta contra o governo de exclusão social de FHC e oferece diretrizes amplas para governar em favor da grande maioria da sociedade. Como o nosso Partido está fazendo nos Estados do Rio Grande do Sul, Acre e Mato Grosso do Sul.

A dinâmica e o entusiasmo da vida partidária do PT sempre chamam a atenção. Foi o que aconteceu também nesse Congresso. As disputas foram acirradas e o pique dos delegados foi grande, como sempre. Faltaram as mudanças no Estatuto, como a eleição direta para os cargos dirigentes do partido, e a aprovação de um Plano de Ação pormenorizado, tarefas que ficaram para a direção nacional.

O nosso Partido saiu do II Congresso, portanto, fortalecido e em condições de construir um novo pacto interno no qual as divergências continuem sendo respeitadas e a ação externa seja cada vez mais unificada e eficaz.

Uma decisão política importante, destacada pela mídia, foi sobre a palavra de ordem "Fora FHC". O PT assumiu, em relação a essa questão, uma postura conseqüente com o seu

papel de partido institucional, que tem o dever de oferecer à sociedade alternativas gerais de poder, distinguindo-se dos movimentos sociais e de suas entidades.

A verdade é que o PT saiu do Congresso em melhores condições políticas e orgânicas para construir as alianças que poderão garantir vitórias significativas nas eleições municipais do próximo ano e nas eleições gerais de 2002.

Para tanto, o Partido tem que renovar ainda mais os compromissos de sua militância com os movimentos sociais. Tem que ampliar a ênfase dada aos trabalhos de base. Tem que continuar investindo na formação de quadros e na organização da juventude. Tem que estar cada vez mais consciente de que a mobilização da sociedade é fundamental para garantir a opção de poder do campo popular.

Os resultados do Congresso apontam todos nessa direção. Essa perspectiva está clara no Plano de Luta e na Plataforma aprovadas na tese. Em continuação à Marcha dos 100 Mil e ao Dia Nacional de Protestos e Paralisações, o nosso Partido apresentará à Frente de Esquerda e ao Fórum Nacional de Luta duas grandes



iniciativas, envolvendo toda a sociedade: uma emenda popular com um plano nacional de pleno emprego e o plebiscito sobre a dívida externa, proposto pela CNBB, para ser realizado no Dia dos Excluídos.

Nós queremos construir um Brasil livre, justo e solidário. O II Congresso do PT representou um passo importante nessa direção.

Luiz Inácio Lula da Silva, é Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores



A verdade é que o PT saiu do Congresso em melhores condições políticas e orgânicas para construir as alianças que poderão garantir vitórias significativas nas eleições municipais.

Emoção ao lembrar a vida e a luta de Dorcelina Folador

Dorcelina de Oliveira Folador

Nasceste em 1963.

36 anos depois, a bala assassina do latifúndio, do crime organizado e da direita tirou a sua vida.

Por quê?

Porque não te conformaste à condição de mulher, nascida pobre e vítima da poliomielite.

Porque foste à luta, nas comunidades eclesiais de base, no Movimento Sem Terra, no Partido dos Trabalhadores.

Porque foste professora, jornalista e anunciadora das boas novas aos pobres deste mundo.

Porque tiveste a

ousadia de vencer, em 1996, com 43% dos votos, as eleições em Mundo Novo, território sob controle daquilo que você chamava de "Máfia das Fronteiras".

Porque prefeita, cumpriste tuas promessas: transparência, combate à corrupção, prioridade para as políticas sociais, orçamento participativo e uma lista de realizações que mostraram que o mundo pode ser de verdade novo.

Porque tiveste a coragem de continuar apoiando e incentivando o MST, dentro e fora de sua cidade.

Porque 83% do povo apoiava teu

governo.

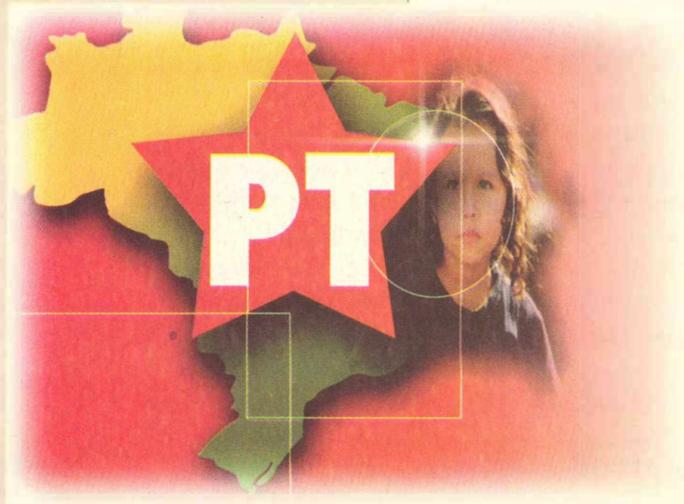
Porque achaste tempo para ser feliz, para amar teu companheiro César e suas filhas Indira e Jessica.

Por tudo isto te mataram.

Pensam que te mataram. Eles pensam que as balas matam a esperança. Mas a esperança não morre nunca.

Dorcelina, Presente.

II Congresso presta homenagem à Dorcelina: a bala assassina do latifúndio, do crime organizado e da direita tirou a sua vida.



Os Filhos da Paixão

Pedro Tierra

Nascemos num campo de futebol.
 Haverá berço melhor para dar à luz uma estrela?
 Aprendemos que os donos do país só nos ouviam
 Quando cessava o rumor da última máquina...
 Quando cantava o arame cortado da última cerca...
 Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis.
 Somos a perigosa memória das lutas.
 Projetamos a perigosa imagem do sonho.
 Nada causa mais horror à ordem
 Do que homens e mulheres que sonham.
 Nós sonhamos. E organizamos o sonho.
 Nascemos negros, nordestinos, nisseis, índios,
 Mulheres, mulatas, meninas de todas as cores,
 Filhos, netos de italianos, alemães, árabes, judeus,
 Portugueses, espanhóis, poloneses, tantos...
 Nascemos assim desiguais, como todos os sonhos
 Humanos.
 Fomos batizados na pia, na água dos rios,
 Nos terreiros.
 Fomos, ao nascer, condenados
 a amar a diferença.
 A amar os diferentes.
 Viemos da margem.
 Somos a anti-sinfonia
 Que estorna da estreita pauta da melodia.
 Não cabemos dentro da moldura...
 Somos dilacerados como todos os filhos da paixão.
 Briguentos. Desaforados. Unidos. Livres:
 Como meninos de rua.
 Quando o inimigo não fustiga,
 Inventamos nossas próprias guerras.
 Desenvolvemos um talento prodigioso para elas...
 Com nossas mãos, sonhos, desavenças
 Compomos um rosto de peão,
 Uma voz rouca de peão,
 O desassombro dos peões
 Para oferecer ao país,
 Para disputar o país.
 Por sua boca dissemos, na fábrica, nos estádios,
 Nas praças,
 Que este país não tem mais donos.
 Em 84 viramos multidão, inundamos as ruas.
 Somamos nosso grito ao grito de todos. Depois,
 gritamos sozinhos. E choramos a derrota
 sob nossas bandeiras.
 88: como aprender a governar e desenhar
 em cada passo, em cada gesto, a cada dia,
 a vida nova que nossa boca anunciou?
 89: encarnamos a tempestade. Assombrados pela
 vertigem
 dos ventos que desatamos.
 Vencemos a solidez da mentira, do preconceito.
 Três anos depois pintamos a cara, como tantos,
 e fomos o arco-íris e a indignação.
 Dessa vez a fortaleza ruiu diante dos nossos olhos.
 E só havia ratos depois dos muros.
 A fortaleza agora está vazia. Ou povoada de fantasmas.
 O caminho que conduz a ela passa por muitos
 lugares:
 caravanas.
 Pelas estradas empoeiradas,
 pela esperança empoeirada do povo,
 pelos mandacarus e juazeiros,
 pelos seringais, pelas águas da Amazônia,
 pelos parreirais, pelos pampas, pelos cerrados
 e pelos babaquais, mas sobretudo
 pela invencível alegria
 que o rosto castigado da gente
 demonstra à sua passagem.
 A revolução que acalentamos na juventude faltou.
 A vida, não. A vida não falta.
 E não há nada mais revolucionário que a vida.
 Fixa suas próprias regras. Marca a hora
 e se põe diante de nós, incontornável.
 Os filhos da margem têm os olhos postos sobre nós.
 Eles sabem, nós sabemos que a vida
 não concederá uma terceira oportunidade.
 Hoje, temos uma cara. Uma voz. Bandeiras.
 Temos sonhos organizados.
 Queremos um país onde não se matem as crianças
 que escaparam do frio, da fome, da cola de
 sapateiro.
 Onde os filhos da margem tenham direito à terra,
 ao trabalho, ao pão, ao canto, à dança,
 às histórias que povoam nossa imaginação,
 às raízes da nossa alegria.
 Aprendemos que a construção do Brasil
 não será obra apenas de nossas mãos.
 Nosso retrato futuro resultará
 da desencontrada multiplicação
 dos sonhos que desatamos.

Na abertura do II Congresso do PT foi exibido o vídeo "Filhos da Paixão", dirigido por Maisa Mendonça e Rogério Sottili. Com texto e locução do poeta e escritor Pedro Tierra, o vídeo retrata os últimos 20 anos do país e é uma homenagem aos militantes do PT, ao povo brasileiro e à luta dos trabalhadores. O documentário tem duração de oito minutos e apresenta imagens de arquivo da Fundação Perseu Abramo, MST e PT/MS. Em breve, a fita em VHS poderá ser comprada no Departamento de Vendas e Distribuição do PT Nacional. Telefone (0XX11) 233-1310 ou pelo e-mail vendas@pt.org.br.



*Nascemos num campo de futebol.
 Haverá berço melhor para dar à luz uma estrela?*

Compositor Wagner Tiso é homenageado

O compositor Wagner Tiso, primeiro artista, junto com Gonzaguinha, a se filiar ao Partido dos Trabalhadores, foi homenageado na abertura do II Congresso do Partido. Ele recebeu da vice-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, uma estrela como símbolo do reconhecimento de sua contribuição ao Partido.

Ao receber a homenagem, Tiso falou ao plenário do Congresso: "A minha música, não se preocupem, será curta. Quero apenas que seja intensa, e que não desafine da melodia do Partido dos Trabalhadores, que neste momento me honra com essa homenagem. Uma lembrança que me toca o coração e a razão.

Sempre que um artista sobe a um palanque partidário – e aqui estamos no cenário de uma importante reunião política – os ignorantes, os acovardados e os de má-fé entoam a velha ladainha das considerações em torno dos riscos da arte engajada.



Independentemente do erro que significa subjugar a criação a designios partidários, esta ladainha da "arte engajada" sempre me pareceu um pretexto para tirar o artista de suas responsabilidades das coisas da vida. Para mim, é clara a fronteira entre a criação artística e a participação política. A arte está além deste mundo, o artista não.

Num país como o nosso, fechar os olhos à frieza dos governantes que sacrificam

seus cidadãos em busca de sucessos de planos econômicos que, ao fim, fracassam, tentar esquecer a brutal concentração de renda em contraponto aos milhões de miseráveis, é acomodar-se na indiferença. E a indiferença é um crime capitulado no código ético.

Eu não imagino, exatamente, como o Brasil vai mudar. Sabemos todos, no entanto, que é preciso mudar para que surja um país melhor.

Eu não imagino, exatamente, como o Brasil vai mudar. Sabemos todos, no entanto, que é preciso mudar para que surja um país melhor.

Até mesmo alguns conservadores já reconhecem como insustentável o atual estado das coisas. Outros, não. Outros reagem às mudanças pelas quais o Partido dos Trabalhadores luta, entoando em voz alta o que uma parte das elites brasileiras sussurra. É o caso daquele farfalhante ministro que, recentemente, vociferou: "PT bom é PT morto."

Eu, modestamente, replico: Vida longa ao PT".



Grupo toca a Internacional durante abertura do Congresso



Apresentação de música e dança afro - Brasil: outros 500, no encerramento da solenidade

CONGRESSO DO PT



Emoção e desafios na abertura do Congresso

A emoção foi a marca principal da abertura do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, no dia 24 de novembro, no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte (MG). Além de dirigentes integrantes do Diretório Nacional do PT, a solenidade, apresentada por Tadeu de Pietro, produtor cultural e ator, e pela cantora Alda Rezende, contou com as presenças, na mesa de abertura, de representantes dos partidos de oposição, como Leonel Brizola (PDT), Miguel Arraes (PSB), Zuleide Faria (PCB) e Renato Rabelo (PcdoB), PSTU, Zé Maria de Almeida, e Oscar de Noronha Filho (PMN).

O vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rosseto, os prefeitos Raul Pont (PT-Porto Alegre), Edmilson Rodrigues (PT-Belém), Célio de Castro, (PSB- Belo Horizonte) e a senadora Heloisa Helena (PT-AL) também prestigiaram o evento. Entre diversas personalidades, discursaram os presidentes da CUT, Vicente Paulo da Silva, João Pedro Stédille, coordenador geral do MST, Raimundo Bonfim, da Central de Movimentos Populares (CMP), Manoel dos Santos, presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), e Robson Ribeiro da UNE.

O secretário de Relações Internacionais do PT e coordenador do II Congresso, Marco Aurélio Garcia, durante o ato de abertura, preconizou a necessidade da unidade de todos os delegados e delegadas ao II Congresso.

Em seguida, a projeção de um documentário em vídeo sobre os 20 anos do PT e a atuação partidária nos momentos mais importantes do período, e as homenagens a Dorcelina Folador, ex-prefeita petista de Mundo Novo (MS), assassinada no final de outubro último, a Carlos Marighella, nos 30 anos de sua morte, a Wagner Tiso, primeiro artista, ao lado de Gozaguinha, a se filiar ao PT, comoveram os participantes do II Congresso.

Foi lembrado, também, Perly Cipriano, militante importante e fundador do PT no Espírito Santo - que resistiu à ditadura e à tortura - e em junho deste ano resistiu, novamente, quando acidente de carro matou Otaviano de Carvalho e Beth Lima, durante viagem de Lula ao Estado.

Como proposta as falas da primeira noite foram todas em direção à construção de um Congresso que preparasse o Partido para criar mais mobilizações e condições de

o Brasil ser socialista.

A solenidade encerrou-se com apresentação de música e dança afro - Brasil: outros 500, apresentado pelos cantores Ana Guitel e Ary Elton e a Companhia de Dança Bataka.

Derrotar o neoliberalismo

A abertura do II Congresso teve como unanimidade em seus discursos a necessidade da união das forças de esquerda do país para derrotar o governo neoliberal de FHC. O presidente nacional do PT, José Dirceu, lembrou que o Partido enfrentou duras batalhas neste ano e que com as discussões que ocorrerão nos próximos dias estará se credenciando ainda mais para enfrentar o neoliberalismo e derrotar FHC. "Vamos mudar o Brasil da impunidade, latifúndio e da incoerência. Esta será a responsabilidade de nosso Partido", afirmou.

Para Dirceu, está ao alcance das mãos da esquerda derrotar a coalizão conservadora PSDB-PFL e que os partidos de oposição deverão estar unidos nas disputas das eleições de 2000 e 2002. "É fundamental estarmos unidos para derrotarmos FHC". O presidente do PT também afirmou que o Partido nasceu "socialista, é socialista e continuará sendo socialista. Nunca houve tanta necessidade de um partido socialista no mundo atual", afirmou, lembrando que o capitalismo produziu muita miséria e violência neste final de século.

Partidos pregam união contra FHC

Representantes partidários da esquerda do Brasil enfatizaram a importância do maior partido de oposição na luta pela derrota do neoliberalismo. Em entrevista coletiva, antes do início do Congresso, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que para obter sucesso nas eleições de 2000 e 2002 o PT tem que vencer o desafio de conquistar os setores médios da sociedade e os excluídos. "Enfim todas as pessoas que se opõem ao governo neoliberal de FHC tem que se unir num único bloco".

Para Leonel Brizola (PDT), a realização do II Congresso do PT cria condições de um amadurecimento de propostas políticas para o enfrentamento ao governo FHC. "O debate, quando não admite sacrificar a unidade, é saudável e construtivo. Cheguei à conclusão de que a existência de tendências é coerente e saudável. São diferenças capazes de serem úteis à vida nacional", disse.

Brizola defendeu a unidade da oposição na



Mesa de abertura, durante execução do Hino Nacional

próxima eleição presidencial: "Nunca se viu um governo tão desmoralizado como este. Mas a oposição não conseguiu captar esse inconformismo do povo. Esse é o grande desafio: construir a nossa unidade no primeiro turno das eleições presidenciais. Se não for possível, estejamos comprometidos no segundo turno, ganhe quem ganhar no primeiro", disse.

Responsabilidade petista

O prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, exaltou os valores do PT e de seus militantes, registrando que hoje ele é uma força majoritária em sua administração. "Que o PT mantenha a rebeldia de seu início, com os princípios que nortearam a sua fundação, e que sustentam nossa esperança", declarou.

Já Zuleide Maria Melo, presidente do PCB (Partido Comunista do Brasil), afirmou que o II Encontro do PT ocorre em um dos momentos mais difíceis do país e que, por isso, os participantes têm a responsabilidade de trazer uma proposta alternativa para sociedade, construída com a unidade das forças progressistas deste país.

A construção de um amplo movimento de esquerda que possa derrotar FHC e construir um governo realmente democrático também foi pregada por Renato Rabelo, do PcdoB, que lembrou "a companheira Dorcelina, abatida pelas balas da bandidagem".

A grandiosidade do Partido dos Trabalhadores foi ressaltada por José Maria de Almeida, do PSTU, que afirmou: "A importância deste Congresso transcende as fronteiras do PT, em razão da imensa responsabilidade que o partido possui na condução da luta pela justiça social no Brasil".

Segundo o presidente do PMN, Oscar de Noronha Filho, "é um orgulho muito grande estar na abertura do II Congresso do PT no

momento em que se faz necessária a união das forças progressistas do país em defesa da nação e do povo sofrido, vítima da pirataria financeira".

O debate do PT é o dos sonhos e idéias

"A minha maior experiência de vida foi participar e ser um membro do Partido dos Trabalhadores", disse emocionado, o presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ressaltando ainda a importância do partido em sua vida e o diferencial entre o PT e os partidos de direita.

Vicentinho falou também que "o debate do nosso partido é o debate de idéias, de sonhos e não da corrupção e do crime organizado. É o debate daqueles que lutam por terra, trabalho e cidadania".

O Coordenador da Central dos Movimentos Populares, Raimundo Bonfim, declarou que "o II Congresso é muito importante por unir os partidos de esquerda no momento em que se comemora os 500 anos de história. Temos a responsabilidade de dar uma resposta à sociedade civil que espera que consigamos fazê-lo por meio do Fórum Nacional de Luta.

Já o presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Manoel dos Santos, conclamou às forças progressistas à se unirem para enfrentar o projeto devastador do governo FHC. "Só assim, poderá haver uma redenção de nossa sociedade", advertiu.

João Pedro Stédille,

coordenador nacional do MST, fez três pedidos durante a sua intervenção: que o governador do Mato Grosso do Sul decrete intervenção em Mundo Novo, "município onde a companheira Dorcelina Folador foi covardemente assassinada"; que todos se mobilizem para libertar José Rainha, líder do MST, acusado de co-autoria do homicídio de um fazendeiro no Espírito Santo. Na data do assassinato Rainha encontrava-se no Ceará com autoridades policiais e parlamentares, negociando questões locais; e, por último, a definição de um calendário de luta capaz de derrotar "este modelo econômico perverso".

"A minha maior experiência de vida foi participar e ser um membro do Partido dos Trabalhadores", disse Vicentinho.

Brizola defendeu a unidade da oposição na próxima eleição presidencial



Por onde andou o II Congresso Nacional do PT

Para avaliar o II Congresso em uma frase, diríamos que ficou aquém das expectativas e das nossas necessidades políticas. Apesar de precedido por muitos textos e Encontros Estaduais vigorosos, o Congresso não garantiu um debate amplo das propostas. Tampouco permitiu definir rumos e prioridades à nossa intervenção nos espaços institucionais e nos movimentos sociais. Gastou-se muito tempo em discussões de correntes. O prejuízo foi grande para a maioria dos delegados.

O Congresso ficou praticamente restrito ao "Fora FHC". Isto ocorreu porque nesta bandeira estavam sintetizados alguns dilemas do PT – reais ou imaginários – e também, porque, como vem ocorrendo sistematicamente, o debate no PT mais uma vez foi pautado pela grande imprensa, que depois o desqualifica. Nessa lógica, mais do que encontrar respostas para o PT, alguns ficam interessados em "dar respostas sobre o PT" – criou-se a dinâmica de que o "Fora FHC" era um símbolo para saber quem seria vitorioso e esta vitória teria que ser impedida pelo "outro lado". Ou seja, vamos ver quem manda!

Esta análise permite concluir que se não fosse a polarização no "Fora FHC" seria no socialismo; não fosse no socialismo, seria em qualquer outra coisa e se não fosse na política seria nos métodos.

Esta tem sido a perigosa dinâmica de "dois partidos". Um desgaste insano que tem comprometido a imagem do PT e de algumas de nossas lideranças.

Fomos ao Congresso para desbloquear o Partido. Fomos quem – para além de apelos – perseverou nesta incômoda mas necessária posição. Cometemos acertos e erros, mas tentamos – e vamos continuar tentando – garantir que o Partido se firme na democracia interna, no respeito às suas instâncias e dirigentes, no valor de seus militantes, na consolidação do projeto democrático e popular.

A forma de realizar os congressos deve mudar. As direções do Partido devem voltar a apresentar, com antecedência, um texto base que oriente o debate político nos congressos. A forma em que a tese-guia votada em plenário com delegados quase hipnotizados de tão centralizados e depois emendada, durante a madrugada, esgotou-se!

Cabe agora às instâncias democráticas e legitimamente constituídas, suprir as lacunas deixadas pelo Congresso.

Arindo Chinaglia
é deputado Federal(PT-SP)

O II Congresso Nacional do PT ficou praticamente restrito ao "Fora FHC"

Congresso define

O Congresso começou para valer com as defesas das teses. Entre os textos apresentados, além dos assinados pelas tendências internas do PT, haviam outros três, dos setoriais de meio ambiente, juventude e combate ao racismo

O Congresso começou para valer com as defesas das teses. Entre os textos apresentados, além dos assinados pelas tendências e grupos internos do PT, haviam outros três, dos setoriais de meio ambiente, juventude e combate ao racismo. Na sequência, o plenário votou em partes: programa; conjuntura e tática; e construção partidária. Nas três votações, o texto "Programa da Revolução Democrática" foi aprovado.

A tese-guia foi usada como forma de orientar a fase seguinte, quando delegados e delegadas estiveram reunidos em grupos temáticos para discuti-la e emendá-la. Como resultado dos trabalhos em grupo, foram apresentadas, dentre outras, emendas sobre as privatizações, defesa do socialismo, política de alianças e construção partidária.

Os delegados e delegadas se dividiram em três grupos, em que as grandes polêmicas foram a inclusão da palavra de ordem "Fora FHC" na tese, a questão das privatizações, a defesa do socialismo e as políticas de alianças. As emendas que receberam, no mínimo, 20% de votos nos grupos foram levadas ao plenário.

Sobre o socialismo, o plenário do II Congresso aprovou uma emenda que transformou o texto "O Socialismo Petista", aprovado no VII Encontro e I Congresso do Partido, em resolução. No documento diz que "o socialismo democrático é uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo".

A proposta de suspensão do pagamento da dívida externa foi rejeitada, permanecendo o texto da tese-guia, que defende a renegociação da dívida. O texto diz o seguinte: "Diante do quadro do endividamento e da deterioração do balanço de pagamentos, o Brasil necessita denunciar o acordo vigente com o FMI e reorientar a política econômica em direção à retomada do crescimento e da defesa comercial do país. Isso supõe uma renegociação soberana da dívida externa. A intransigência dos credores poderá levar a uma suspensão do pagamento da dívida externa pública. É necessário o estabelecimento de mecanismos de controle de câmbio sobre todas as entradas e saídas de capitais e taxação das remessas de lucro conforme patamares internacionais (30%), distintos dos atuais 15%. É necessário bloquear as tentativas de re-estatização da dívida externa."

Política de alianças
Na discussão sobre política de alianças, o II Congresso manteve o texto da tese-guia, que diz que o espectro de alianças que o PT deverá

consolidar é aquele proposto pelo "Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, que abrange os partidos da Frente Democrática e Popular, composta pelo PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB, PPS e com os setores do PMDB que se têm oposto ao governo FHC. Outras eventuais alianças estarão subordinadas a acordos programáticos, à oposição a FHC e ao neoliberalismo. Toda e qualquer aliança com partidos e setores de partidos fora do nosso arco de alianças, além das condições anteriormente expostas, só poderá ocorrer após consultas aos Diretórios Regionais, cabendo recurso à Comissão Executiva Nacional".

A emenda que restringia ao PT nas eleições municipais alianças, coligações e acordos apenas com o PCdoB, PDT, PSB, PCB e PSTU foi rejeitada. A emenda proposta advertia sobre o risco de se fazer alianças com partidos como o PSDB, PPB, PMDB, PFL, PTB, PSC e PL, que não estão comprometidos com a ruptura do acordo com o FMI, e poderiam exercer governos que aplicam políticas públicas diferentes das que o PT acredita. O argumento utilizado contra a emenda foi o de que este dispositivo restringiria o crescimento do projeto democrático e popular, que em alguns municípios encontrariam parceiros importantes em outras siglas.

A "suspensão imediata de todas as privatizações com a apuração rigorosa das irregularidades e instalação da CPI da Telebrás", plataforma proposta pela tese-guia foi definida como política a ser adotada pelo PT. A proposta rejeitada defendia que o PT deveria se "comprometer, uma vez no governo, a reestatizar as empresas privatizadas, administrando-as com a participação dos trabalhadores e submetendo-as ao controle da sociedade".

Polêmica

Os debates sobre conjuntura e a posição partidária em relação ao governo FHC foram motivo de várias reuniões paralelas. A questão da adoção ou não da palavra de ordem "Fora FHC" deu a tônica ao tema. A discussão no plenário foi promovida a partir da apresentação de três emendas.

A emenda a favor da adoção pelo Partido da palavra de ordem "Fora FHC", defendida pelo deputado federal Milton Temer (RJ), entre outros, afirmava que a "luta por um novo governo busca deslegitimar o governo FHC e questionar o seu mandato". De acordo com o texto, "trata de reunir os meios para impedi-lo de executar o programa acertado com o FMI". Os defensores da



emenda propõem ao Partido um amplo movimento de massas que expresse o "repúdio popular ao atual governo".

E mais, defendem "a antecipação das eleições presidenciais, sob a perspectiva de conquistar um governo democrático e popular".

O deputado Milton Temer, na defesa que fez pela inclusão do slogan, lembrou que todas as convenções estaduais do PT – exceto a paranaense – elegeram seus delegados para votar o "Fora FHC". Temer salientou, ainda, que as emendas sobre o tema colocam em discussão outra coisa, "a concepção de partido, a questão da democracia interna, questões muito caras ao PT", disse.

Contra a adoção da palavra de ordem "Fora FHC", foi apresentada uma emenda pelos integrantes da tese "Programa da Revolução Democrática". Embora a tese-guia fosse subscrita por eles, mesmo assim, propuseram adendo ao texto base. A emenda reconhece a legitimidade da consigna "Fora FHC" adotada pelos movimentos sociais, e diz que o DN deverá definir, levando em conta as condições objetivas da conjuntura, "os próximos passos políticos e institucionais para derrotar FHC".

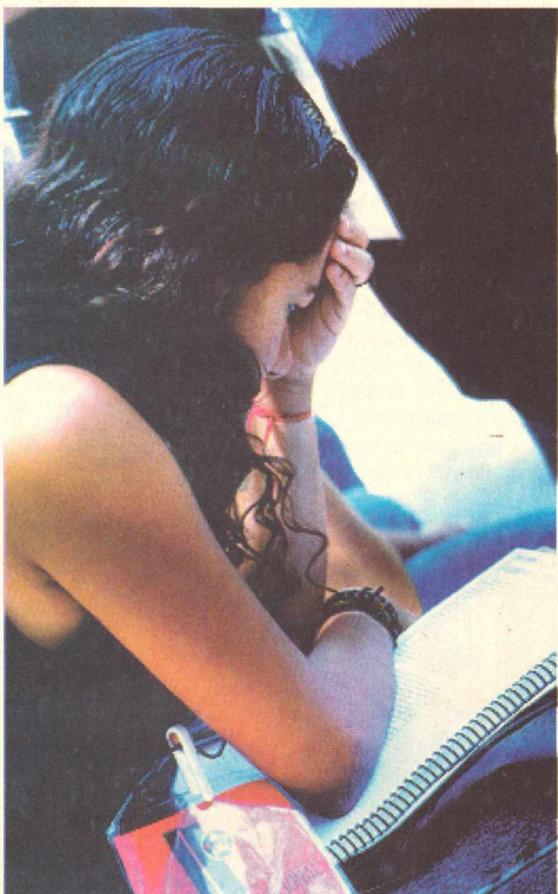
Para José Dirceu, que se opôs à adoção da palavra de ordem pelo PT, "é hora de fazer um movimento pelo Brasil, com um programa que faça ruptura com o atual modelo econômico". Segundo Dirceu "é preciso virar esse país do avesso e repetir 89. Temos força política para isso." Para ele, o problema não é quem vai liderar a luta contra FHC, mas sim quem vai construir uma proposta alternativa para governar o Brasil.

"Vamos construir a hegemonia na disputa democrática. Vamos fazer uma grande revolução democrática neste país", disse Dirceu.

Dirceu defendeu, ainda, a criação de uma agenda de mobilizações para o ano 2000, com grandes manifestações pelo pleno emprego, pela realização de um plebiscito contra a dívida externa e o combate à corrupção, deixando evidente a radicalidade do Partido.

No texto da emenda apresentada pelos componentes da tese "Retomar a Iniciativa" não há a adoção da palavra de ordem "Fora FHC", embora defenda

Representantes partidários da esquerda do Brasil enfatizaram a importância do maior partido de oposição na luta pela derrota do neoliberalismo



política do Partido



que o PT assumo o compromisso "de continuar na ofensiva contra o governo FHC". Segundo o texto, "esse caminho pode levar ao "Fora FHC", que só se viabilizará se houver um rigoroso e unitário movimento popular nas ruas".

Para Arlindo Chinaglia, o PT não pode ser o freio dos movimentos sociais, "uma vez que a sociedade já diz 'Fora FHC'". Enfatizou, ainda, que o PT não se furtou à abertura do processo de impeachment de Collor, quando o "Fora Collor" já dominava as ruas; "assim como ocorre hoje com o 'Fora FHC', referindo-se ao fato de que o PT já denunciou Fernando Henrique por crime de responsabilidade por favorecimento de determinado grupo no processo de privatização da Telebrás.

A emenda apresentada pelos integrantes da tese "Programa da Revolução Democrática" foi aprovada, sendo o momento mais tenso dos cinco dias.

Estatuto

Sobre o novo Estatuto do PT, a tese-guia já contém vários princípios que deverão fazer parte obrigatoriamente do novo documento. Excluídas as emendas aprovadas no plenário do II Congresso, as demais resoluções referentes à mudança de Estatuto deverão ser discutidas no DN e aprovadas com quorum qualificado de 3/5 de seus membros.

Dentre as questões aprovadas estão as eleições diretas para presidente e direções partidárias em todos os níveis, a partir de 2001; somente poderão participar do processo eleitoral interno

filiados com um mínimo de um ano de filiação partidária; a exigência dos candidatos a cargos eletivos assinarem uma carta eleitoral, em que se comprometerão com os princípios e normas de conduta, definidas pelo DN, durante e depois da campanha eleitoral.

O DN deverá aprovar normas específicas para os encontros do próximo ano, tendo em vista as eleições municipais.

Eleição da nova direção partidária

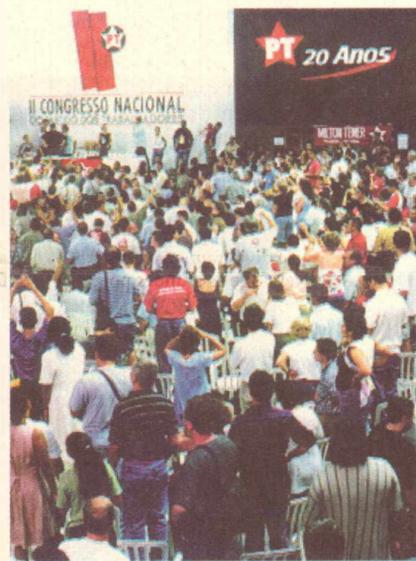
Com uma votação e apuração muito mais rápidas em decorrência da utilização de urnas eletrônicas, antes das 17 horas do domingo, dia 28 de novembro, foi possível saber o resultado da eleição para presidente do Partido e a composição do Diretório Nacional.

Para a presidência nacional do Partido, José Dirceu foi reeleito com 496 votos. Em segundo lugar ficou o candidato Milton Temer, com 296 votos. Arlindo Chinaglia ficou na terceira colocação com 113 votos. Houve ainda cinco votos nulos e quatro em branco.

Diretório Nacional

Para a composição do novo Diretório Nacional, foram inscritas sete chapas, e a ordem de apresentação definida por sorteio: "Nosso Tempo", assinada, entre outros, pela senadora Heloísa Helena (AL), o prefeito de Porto Alegre (RS), Raul Pont, o vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rosseto, e Joaquim Soriano.

A segunda chapa, "Revolução Democrática", foi inscrita pelo deputado federal Aloizio Mercadante (SP), a vice-governadora do



Rio de Janeiro, Benedita da Silva, e Marco Aurélio Garcia, entres outros.

"Democracia Radical", terceira chapa, contou com integrantes como a senadora Marina Silva (AC), o deputado federal José Genoíno (SP) e Ozéas Duarte. A quarta chapa, "Socialismo ou Barbárie", foi integrada pelo deputado federal Milton Temer (RJ); Valter Pomar; o prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues, e os deputados estaduais Luciana Genro (RS) e Renato Simões (SP), além de outros.

"Movimento PT", quinta chapa, contou com o deputado federal Arlindo Chinaglia, a

deputada estadual Cida Diogo (RJ) e o ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro.

A sexta chapa, "PT de Lutas e de Massas", conta com os deputados federais Iara Bernardi e Ricardo Benzoini; e o deputado estadual Jilmar Tatto (SP). Na chapa "Fiel ao PT das Origens" estavam Markus Sokol, Misa Boito e Julio Turra.

O Congresso – "Encontrão"

Do II Congresso do PT, pode-se dizer tudo. De pronto, o negativo. Não há como ocultar os grandes vazios de debates doutrinários, produto, no meu modo de ver, de dois específicos "desvios de conduta".

Primeiro: o imenso atraso em sua realização, prevista para o ano seguinte ao Encontro do Rio de Janeiro, o que o fez coincidir com mais um Encontro Nacional, em que se prioriza a escolha de nova direção partidária, e não exatamente análises e deliberações políticas.

Segundo: a absurda obsessão do campo majoritário de transformar a derrubada do "Fora FHC", aprovado tranquilamente em todos os Encontros estaduais, à exceção do Paraná, em questão de honra. Algo muito mais explicável no

O "Fora FHC" não foi excluído em nossos movimentos táticos

campo da psicanálise do que no campo da política – necessidade absoluta de afirmação de autoridade por parte de alguns dos patriarcas do chamado "campo majoritário". Mas há que registrar o positivo, que não foi pouco, considerado o "inchaço" nada politizado da representação de delegados – saímos de algo em torno de 650 para nada menos que 928, sem nada que a justificasse, a não ser os bizarros meios para isso utilizados.

Ninguém ousou levantar o que se anunciara antes do Congresso – a possibilidade de retirada do socialismo como referência de objetivo estratégico nos textos oficiais do Partido. A ação ficou limitada a uma ou outra entrevista de página inteira nos grandes jornais, e ao desejo acirrado dos principais telejornais, tentando influenciar o espírito do plenário. Tudo em vão. Prevaleceu a permanência do socialismo petista como a utopia de que não abrimos mão.

E, por fim, não há como deixar de registrar. Se o "Fora FHC" foi atenuado, nem de perto ele foi excluído de legitimidade em nossos movimentos táticos. Para não serem submetidos a derrota, os defensores da tese-guia foram obrigados a aceitar aí a única emenda ao texto que haviam imposto.

A partir daí, ninguém está proibido de gritar e empunhar cartazes com essa palavra de ordem nas manifestações que, tão logo retornemos das festas de fim de ano, estarão nos convocando aos reencontros com a massa organizada nas ruas.

Milton Temer é deputado federal (PT-RJ)



II Congresso é encerrado com eleição de presidente e novo DN

O II Congresso Nacional do PT foi encerrado após a divulgação do resultado das eleições.

Para a presidência nacional do Partido, José Dirceu foi reeleito com 496 votos. Em segundo lugar

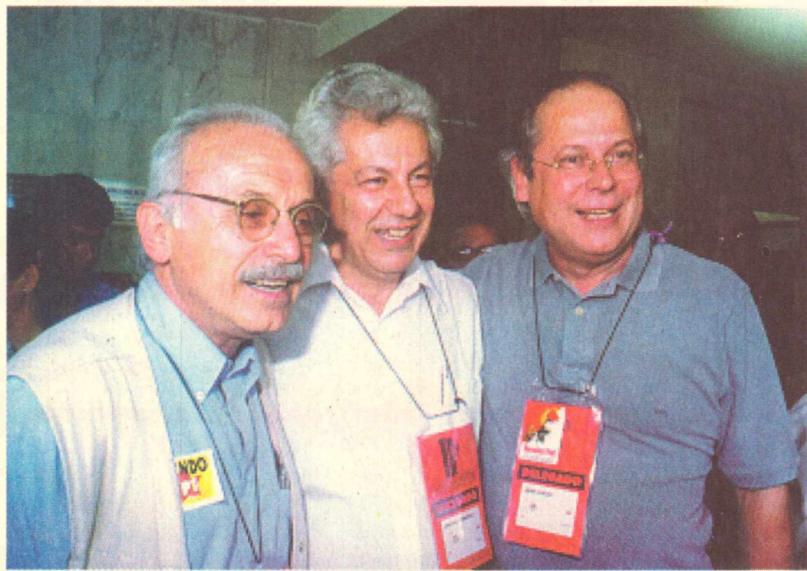
ficou o candidato Milton Temer, com 296 votos.

Arlindo Chinaglia ficou na terceira colocação com 113 votos. Houve ainda cinco votos nulos e quatro em branco.

Para a composição do

Diretório Nacional foram inscritas sete chapas: Nosso

Tempo; Revolução Democrática; Democracia Radical; Socialismo ou Barbárie; Movimento PT; PT de Massas e de Lutas; e Fiel ao PT das Origens.



Milton Temer, Arlindo Chinaglia e José Dirceu, candidatos à presidência do PT

CHAPA	VOTOS	DN*	CEN**	MULHERES	MULHERES CEN
Nosso Tempo	90	8	2	2	1
Revolução Democrática	398	35	8	11	3
Democracia Radical	73	7	1	2	0
Socialismo ou Barbárie	190	17	4	5	1
Movimento	116	10	2	3	1
PT de Lutas e de Massas	26	2	1	1	0
Fiel ao PT das Origens	19	2	0	1	0
Branco - Presidente	2				
Nulos - Presidente	2				
TOTAIS	912	81	18	25	6

*DN - diretório nacional
**CEN - comissão executiva nacional

DESCASO

Agora é a vez dos sem-teto

A imprensa tem dado ampla cobertura às ocupações urbanas promovidas pelos sem-teto, principalmente no Estado de São Paulo, mais precisamente na capital paulistana. O que está levando os sem-teto a promoverem uma onda de ocupações?

Historicamente, a maioria da população brasileira sempre sofreu com as precárias condições de moradia. As senzalas do Brasil colonial e imperial foram transformadas em diversas formas precárias de morar ao longo do desenvolvimento urbano/industrial nos últimos cem anos. Hoje, aproximadamente 75% da população brasileira habita as cidades, boa parte em favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, vilas operárias e áreas de mananciais. Se no campo, cinco milhões de famílias não têm um pedaço de terra para plantar, nas cidades o déficit é de 5,6 milhões de moradias e mais onze milhões de domicílios necessitam de reformas ou regularização fundiária. Nos últimos anos, com o aumento do desemprego (20% nas regiões metropolitanas) e a falta de uma política habitacional, tem crescido o número de pessoas que, não tendo condições de adquirir uma casa própria, são obrigadas a sobreviverem nas favelas. Assim sendo, 19% da população de São Paulo, 30% do Rio de Janeiro, 25% de Belo Horizonte e 40% de Recife sobrevivem em favelas.

A falta de moradia não afeta apenas a população de baixa renda. O desemprego, o alto custo dos aluguéis e a perda do poder aquisitivo estão forçando a classe média a trocar de bairros com boa infra-estrutura, por bairros

da periferia sem a mínima infra-estrutura ou até mesmo engrossar os movimentos de sem-teto. Os governos (federal, estadual e municipal) usam a problemática da moradia apenas como propaganda política. Há anos os movimentos populares de habitação vêm lutando por uma política habitacional, mas nem o Poder Legislativo nem o Executivo têm dado prioridade no sentido de começar a resolver esse drama de milhões de famílias.

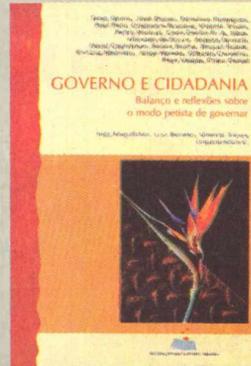
Em 1992, apresentamos no Congresso Nacional um anteprojeto de lei nº 271/92, de iniciativa popular, com um milhão de assinaturas, propondo a criação de um fundo e de um conselho nacional de moradia popular. Até hoje o Congresso Nacional não aprovou o projeto. Também se encontra parado no Congresso o projeto de lei nº 5.788/90 (Estatuto da Cidade), que estabelece um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento de uma política urbana e dispõe novos instrumentos de intervenção pública, regulamentando o artigo 182 da Constituição Federal, que trata da política urbana. Na II Conferência Mundial (Habitat II), promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas), realizada em junho de 1996, em Istambul/Turquia, foi estabelecido que "a moradia é um direito fundamental do ser humano e que o Estado tem a obrigação de implementá-lo progressivamente". No entanto, o Estado brasileiro não tem tomado nenhuma iniciativa para cumprir o que a Conferência aprovou.

A mais recente Pesquisa sobre Condições de Vida da Fundação Seade (Instituto de Estudos Socioeconômico e

de Estatística do Estado de São Paulo) aponta que nos últimos cinco anos aumentou o número de famílias faveladas na Grande São Paulo. A mesma pesquisa chegou a conclusão que o número de famílias que ocupou suas moradias, nesta região, passou de 6,5% em 1994, para 9,1% em 1998. Isso é uma demonstração de que o modelo econômico aplicado em nosso país não consegue solucionar, sequer, o direito das pessoas de terem o acesso a um teto para se proteger do sol e da chuva.

Os R\$ 23 bilhões gastos com o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional) dariam para construir 6,3 milhões de casas populares de 40 metros quadrados, ou seja, dinheiro suficiente para zerar o déficit habitacional de todo o país. Cansados de esperar pelas promessas dos governantes, os movimentos dos sem-teto estão seguindo o exemplo dos sem-terra, que só após uma onda de ocupações fizeram com que a sociedade se desse conta da necessidade de uma reforma agrária. Se este for o único caminho para que os governantes e a opinião pública se sensibilize com o drama dos sem-teto, as ocupações urbanas se tornarão uma prática cotidiana. Esperamos que os governantes não venham com tropa de choque, como na Fazenda da Juta, em 97, quando três sem-teto foram assassinados pela PM ou recentemente no violento confronto entre PMs e sem-teto na favela do Jardim São Carlos, zona leste de São Paulo. O que os sem-teto querem é emprego para sustentar suas famílias e um teto para morar - dois direitos básicos para a sobrevivência de qualquer ser humano.

NOTAS



A Secretaria de Assuntos Institucionais (SNAI) do DN tem à disposição dos interessados um conjunto de materiais que contribuem no aprimoramento do trabalho partidário institucional. Para Vicente Trevas, secretário nacional de Assuntos Institucionais, a área é "estratégica para a disputa de hegemonia na

sociedade. O crescimento de nossos mandatos - Executivos e parlamentares - ganhou uma enorme complexidade, fazendo-se necessário, portanto, intensificar nossa atuação".

Os materiais disponíveis são o livro "Governo e Cidadania - Balanço e Reflexões sobre o Modo Petista de Governar", editado pela Fundação Perseu Abramo, R\$ 20,00; o CD "Projetos Premiados do PT", R\$ 10,00; a Agenda dos Mandatos Petistas, R\$ 6,00; Guia SNAI de Orientação à Captação de Recursos Federais e o Manual de Elaboração dos Planos de Trabalho. Estes dois últimos sem custo nenhum. Pedidos podem ser feitos pelo telefone (0XX11)233-1390.

Estado de São Paulo investigará ação do narcotráfico

A Assembléia Legislativa de São Paulo instalou, no dia 14 de dezembro, a CPI do Narcotráfico, que investigará especificamente organizações que atuam no narcotráfico no Estado, suas relações com roubo de cargas, assassinatos, lavagem de dinheiro e outras atividades criminosas ligadas à questão.

O líder da bancada do PT, Elói Pietá, foi eleito vice-presidente da CPI, enquanto que outro representante do Partido, Renato Simões, será um dos quatro sub-relatores.

Pietá, parlamentar com larga experiência em CPI's voltadas para o combate da criminalidade, afirmou que o momento é muito difícil para a sociedade e para quem investiga o crime organizado, em

razão de sua periculosidade. O líder petista lembrou, ainda, que o crime organizado - que fatura mais de um bilhão de dólares por ano - se ramifica por todo o Brasil. Foi apresentada a proposta de que os membros da CPI reúnam-se ainda esta semana com o secretário de Segurança Pública, Marco Vinício Petrelluzi, para reivindicar a criação de uma força tarefa formada por policiais civis, militares e por especialistas da Secretaria da Fazenda.

Vanderlei Siraque e Paulo Teixeira são os suplentes petistas na Comissão, que tem na presidência Dimas Ramalho (PPS) e como sub-relatores, além de Simões, Rosmary Corrêa (PMDB), Celso Tanauí (PTB) e Carlos Sampaio (PSDB).

Bancada do PT no Senado escolhe líder

Os sete integrantes da bancada petista no Senado decidiram, por unanimidade, no dia 15 de dezembro, que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) assumirá, em 15 de fevereiro, a liderança do Bloco Parlamentar de Oposição, que também é integrado pelo PDT e PSB. A constituição do Bloco garante como prerrogativa que o líder do PT seja também o líder do Bloco. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Sebastião Rocha (PDT-AP), por enquanto, serão os vice-líderes, podendo, ainda,

haver alterações de nomes do PDT e PSB. A senadora Marina Silva (PT-AC) continua na liderança, inclusive durante o período de convocação extraordinária, que ocorrerá de 10 de janeiro a 10 de fevereiro. A liderança tem mandato de um ano. Heloísa declarou que a liderança será uma "missão muito importante", uma vez que a pauta do ano 2000 continuará sendo a luta contra o neoliberalismo e o governo FHC. Mas anunciou que não tem dúvidas que o Bloco conseguirá levar adiante esta batalha.

Sem convocação, Rainha não comparece ao julgamento no ES

No dia 13 de dezembro, José Rainha não compareceu ao novo julgamento, em Vitória (ES). De acordo com o líder do MST, João Pedro Stédile, a ausência de Rainha se justifica em função de que não houve intimação da Justiça. José Rainha é acusado da co-autoria do homicídio do fazendeiro José Machado Neto.

Stédile concedeu, junto com o advogado de Rainha, Aton Fon Filho, entrevista para explicar a ausência do líder dos sem-terra no julgamento. "Rainha não compareceu para que não fossem abertos outros precedentes que pudessem prejudicá-lo", explicou.

Segundo o advogado, a defesa temia que, caso Rainha comparecesse



mesmo sem a intimação, surgisse a possibilidade de que os "procedimentos jurídicos não fossem cumpridos como devem ser".

Na entrevista coletiva, na sede do MST, Aton disse que o não comparecimento de Rainha pode trazer

prejuízos políticos para seu cliente, mas sua defesa resolveu assumir os riscos e cumprir a lei, já que nem Rainha e nem seu advogado foram notificados legalmente.

Acusado da morte de um fazendeiro em 1989, no município de Pedro Canário (ES), Rainha, na verdade, estava no Ceará nos dias do conflito, negociando questões locais com autoridades policiais e parlamentares, havendo testemunho destas pessoas e documento em vídeo das negociações.

Apesar disso, em um julgamento em 1997, Rainha foi condenado a 26 anos de prisão.

Solidariedade na Argentina

No dia previsto para o julgamento, a Central dos

Trabalhadores Argentinos realizou manifestação em frente à Embaixada do Brasil, em Buenos Aires. O ato foi em favor do líder do MST, José Rainha. Os argentinos entregaram na Embaixada nota que também foi enviada a FHC.

O texto é assinado pelo Secretário de Relações Internacionais, Alberto Piccinini, e pelo Secretário Geral da Central, Victor De Gennaro, na qual solicitam de FHC que "faça tudo o que estiver ao seu alcance para impedir que neste julgamento ocorra um jogo de 'cartas marcadas' e denunciem "o crescente clima de perseguição política e ideológica que padecem nossos irmãos sem terra".

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não

CONGRESSO DO PT

Ecologistas defendem sustentabilidade

A tese "Um ecossocialista por um mundo novo" chamou a atenção para a questão do desenvolvimento sustentável e criticou o paradigma produtivista que não considera as condições ambientais. Os ambientalistas petistas propõem a construção de uma sociedade democrática e sustentável. Garantem ainda que a questão de sustentabilidade não é apenas um conceito ambiental, mas social e político.

Para o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, deputado estadual Gilney Viana (MT), o "partido precisa ter coragem para enfrentar questões ambientais". Não é possível, disse, "que o PT enfrente a disputa política nas próximas eleições sem inserir em suas plataformas eleitorais e cotidianas a questão ambiental".

Durante a defesa da tese foi jogada ao plenário uma bola inflável gigante, simbolizando a Terra.

Saneamento ambiental

A Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou ainda, durante o Congresso, uma resolução sobre saneamento ambiental. De acordo com o documento, dentre outras questões, os ecologistas entendem saneamento ambiental como um conjunto de ações essenciais para a vida, abrangendo os serviços públicos de água e esgoto, drenagem, coleta e disposição de resíduos sólidos (urbanos, industriais e hospitalares), controle de poluição referente a emissões atmosféricas, incluindo as eletromagnéticas, sonora e visual; qualidade da cobertura vegetal e todas as demais ações destinadas a melhorar a saúde pública e reabilitar o meio ambiente.

Enfatizam, também, que é um direito de todos e um dever do Estado. "O saneamento ambiental tem como objetivo permanente a universalização do atendimento à população, propiciando serviços de boa qualidade acessíveis a todos, independentemente da condição social", diz o texto apresentado.



Os ambientalistas garantem que a questão de sustentabilidade não é apenas um conceito ambiental, mas social e político.



Durante a defesa da tese foi jogada ao plenário bola inflável, simbolizando o planeta Terra

Núcleo de gays e lésbicas lutam por fortalecimento

O II Congresso ganhou outros tons com a presença do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT. No documento distribuído para delegados e delegadas, intitulado "A Estrela e o Arco-íris", os militantes fazem uma reflexão sobre a presença dos ativistas homossexuais na trajetória do Partido. O grupo, que não conseguiu eleger delegados, pediu o apoio dos dirigentes petistas para o fortalecimento de núcleos ou setoriais gays e a realização de um grande encontro nacional, com o apoio da Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

A proposta, assinada pelos grupos gays do PT de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Alagoas, Maranhão, inclui ainda o pedido de maior compromisso dos parlamentares petistas com os projetos que asseguram novos direitos aos homossexuais. "O PT é o único partido do Brasil com sensibilidade para encampar a luta em defesa da construção de uma sociedade, na qual os preconceitos contra a orientação sexual diferenciada seja superada", avaliou Paulo Mariante, membro do Coletivo de Gays e Lésbicas do PT de Campinas.

"O PT é o único partido do Brasil com sensibilidade para encampar a luta em defesa da construção de uma sociedade, na qual os preconceitos contra a orientação sexual diferenciada seja superada"

Congresso mesmo não teve

Mais de 900 petistas se reuniram, entre os dias 24 e 28 de novembro em Belo Horizonte, com direito a decidir os rumos do PT no II Congresso do Partido. O "Fora FHC" foi legitimado como bandeira de luta, mas o PT não a assume agora. A definição de socialismo ficou igual a que era desde 1991, com a reafirmação das resoluções do 7º Encontro e do I Congresso. A elaboração do novo estatuto foi delegada ao Diretório Nacional eleito. Muita gente, mas pouco debate. E as definições colocadas em compasso de espera.

Que partido queremos?

O Congresso delegou ao novo Diretório Nacional, por maioria de 3/5, decidir sobre as questões de organização partidária e dos novos estatutos. O centro da polêmica é em torno das eleições diretas para as direções partidárias e as relações entre as instâncias.

Para os defensores da tese-guia, adotar a eleição direta para as direções partidárias é abrir o partido para a sociedade e democratizá-lo.

Na nossa opinião, adotar esta posição é coroar um processo de desestruturação do Partido como o concebemos na sua fundação e como o conhecemos até agora - processo que começou com o fim dos

Encontros de Base, por meio da urna aberta o dia inteiro, sem que para votar o filiado participe de algum debate, e continuou com os processos de filiação em massa e despolitizados. A eleição direta para as direções consagraria um tipo de partido verticalizado do topo à base, vetando as relações horizontais e inaugurando uma relação diferenciada entre os filiados: os que são chamados a cada dois anos para votar na direção e os que, por estarem nas direções, podem elaborar e definir a política do Partido.

Esta relação reproduz dentro do Partido a representação eleitoral convencional que existe nas democracias representativas. O PT busca, junto com outros sujeitos políticos, um processo democrático mais avançado. É por isso que nas nossas administrações queremos uma cidadania ativa, que por meio de múltiplos instrumentos é chamada a elaborar, definir, votar, questionar. Não podemos dentro do PT estabelecer relações mais conservadoras das que ajudamos a inaugurar na sociedade. Precisamos de um partido de massas, com milhares de filiados. Militantes dos movimentos sociais, ativistas sindicais, lutadores que com a bandeira do PT na mão e a estrela no peito organizem um amplo movimento de massas para derrotar FHC e dar um novo rumo para o país: um governo democrático e popular.

Joaquim Soriano
Chapa 1 - Nosso Tempo

**Muita gente,
mas pouco
debate.
Definições em
compasso de
espera**

C O N G R E S S O D O P T

Partido pode liderar combate ao racismo

Os negros e negras do Partido dos Trabalhadores estão "radicalizando a democracia partidária". Antes mesmo da abertura do II Congresso Nacional do PT, o grupo já chegou em Belo Horizonte trazendo na bagagem o nome do novo secretário nacional de Combate ao Racismo. Carlos Porto, que há 15 anos milita no PT e na causa negra em Campo Grande (MS), foi eleito o novo secretário durante o VI Encontro Nacional dos Negros e Negras do PT, realizado em outubro, em São Paulo.

A organização do setor não pára por aí. Entre as 12 teses lidas durante o Congresso está "O combate ao racismo no PT é outra história", elaborada pelo grupo. Porto afirmou que a Secretaria pretende intensificar a luta pela elaboração de políticas públicas mais eficientes para o combate ao preconceito racial. "O PT tem força suficiente para liderar um enfrentamento ao racismo". Mas o Partido, diz, "nunca se colocou verdadeiramente nesta luta". A partir da vivência partidária e das administrações petistas, "é possível irradiar uma campanha poderosa e fraterna em busca da igualdade racial", avaliou.

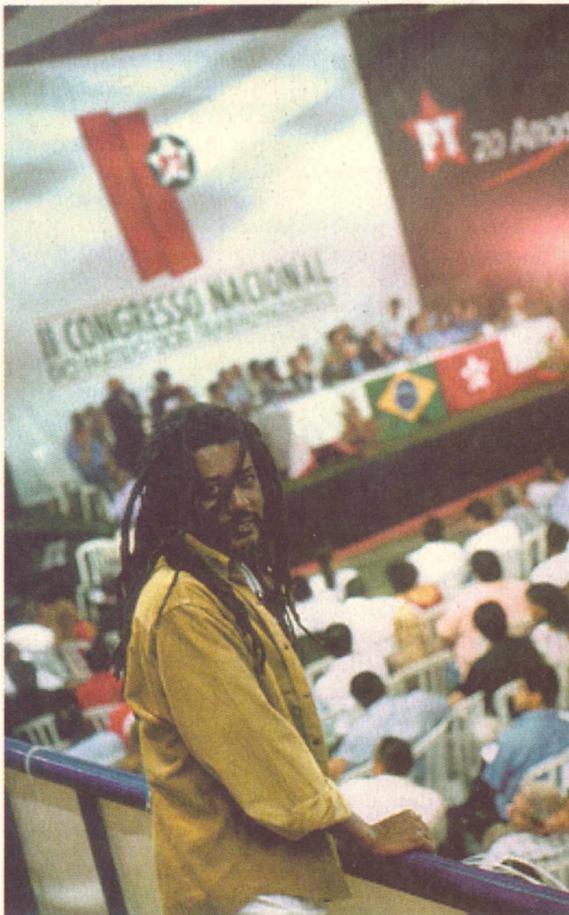
"Racismo é instrumento de dominação"

A tese "O combate ao racismo no PT é outra história" considera que "as desigualdades raciais no Brasil não podem ser

explicadas unicamente pela contradição principal que se estabelece entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas sua força de trabalho". O racismo, afirmam os defensores da tese, "atua como um instrumento de dominação social, determinando a participação subordinada de grupos não-brancos na estrutura de poder e riqueza da sociedade".

Conforme a tese, "a estratégia utilizada pelo Estado brasileiro tem sido a de garantir a manutenção do racismo e a consequente exclusão do povo negro dos espaços de desenvolvimento social, econômico, cultural e político". O racismo, defende o texto, é usado como instrumento de dominação. E a implementação do combate ao racismo, avaliam, não foi ainda totalmente incorporada pelo PT, "mesmo considerando as conquistas obtidas", como a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Mas ao "encarar o combate ao racismo e a discriminação como setorial, como tarefa exclusiva dos próprios discriminados e atingidos pelo racismo, o PT comete um equívoco".

Para os defensores do documento, "não haverá socialismo enquanto houver racismo", portanto, é necessário "lutar por uma verdadeira democracia racial", afirmam. E, concluem, "o PT não deve fugir da discussão sobre a questão racial".



Para os defensores do documento, "não haverá socialismo enquanto houver racismo"



Portadores de Deficiência se reúnem no Congresso

Militantes petistas portadores de deficiência física se reuniram pela primeira vez em um coletivo durante um encontro nacional. Os portadores, representando Brasília, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, decidiram apresentar emendas específicas à tese aprovada.

"Somos militantes do PT há 20 anos e ainda não temos nos encontros espaços adaptados para paraplégicos e material em braile", coloca Carmem Fogaça, do Coletivo Nacional dos Portadores de Deficientes. O Coletivo espera que o conjunto do Partido veja a especificidade deles e que avance nas políticas públicas implementadas por suas administrações. Fogaça diz que o grupo está se organizando para ampliar a participação dentro do PT.



O Coletivo espera que o conjunto do Partido veja a especificidade deles e que avance nas políticas públicas implementadas por suas administrações

O PT com uma só cara

Depois de meses de discussão, o Partido aprovou suas grandes orientações para os próximos anos.

Aprofundou-se a reflexão programática, definiram-se a análise do momento atual e nossa intervenção na conjuntura, fixaram-se bases para a renovação do PT. O Congresso pode não ter tido a amplitude e profundidade desejadas, mas foi certamente o mais importante debate que um Partido realizou no Brasil nos últimos anos.

O Programa da Revolução Democrática, adotado pelo Congresso, aprofunda a discussão que o PT realizou nas campanhas eleitorais de Lula para a presidência.

Essa longa construção política ocorreu em uma conjuntura de crise dos paradigmas socialistas, no mundo, do nacional-desenvolvimentismo, hegemônico no Brasil entre 1930 e 1980, e de ascensão das propostas neoliberais.

É preciso construir a alternativa democrático-popular para o país

No II Congresso, além de reafirmar os princípios socialistas adotados no 7º Encontro e no I Congresso, definimos um programa de reformas econômicas e sociais radicais, de aprofundamento da democracia e da defesa da soberania nacional. A realização desse programa requer outra relação de forças, capaz de constituir nova maioria eleitoral e ampla base de apoio para um novo governo. As reformas propostas terão efeito

desestabilizador sobre o "capitalismo realmente existente no país". Sua aplicação supõe nova hegemonia política e novo bloco de forças sociais e políticas, para substituir as elites atuais. No imediato, a tarefa central é derrotar a política econômica de FHC e construir a alternativa democrático-popular. O Congresso apontou para a necessidade de transformar o sentimento de repúdio ao governo em luta por um novo governo, por uma outra política. Valorizamos as manifestações dos que exigem o "fora FHC", ainda que não tenhamos considerado a consigna capaz de articular hoje um amplo e profundo movimento para atingir nossos objetivos centrais.

O desafio atual é o de criar um movimento de massas capaz de articular no plano eleitoral e na esfera social uma verdadeira alternativa popular e democrática. A tese vencedora dá respostas concretas sobre isso.

Haveria muito que dizer sobre as grandes transformações partidárias a serem implementadas a partir de 2000, conforme o decidido pelo Congresso. Trata-se de abrir o Partido, reforçar seus laços com a sociedade, dar mais qualidade intelectual e política à sua atuação para que possamos cumprir um papel central na renovação da cultura política do país.

O PT escolheu e isso significa que ele tem apenas uma orientação política. As divergências que surgiram durante o debate não deixam de existir, mas o Partido tem de aparecer - e aparecerá - com uma só cara para uma sociedade que não quer ambigüidades e espera do Partido dos Trabalhadores a nitidez política que o momento exige.

Marco Aurélio Garcia
Chapa 2 - Revolução Democrática

CONGRESSO DO PT

Um Congresso limitado

O II Congresso do PT foi ambivalente. Visto do ponto de vista político-conjuntural, foi positivo. Recusou a adoção de uma palavra de ordem - o "Fora FHC" - que levaria o Partido ao isolamento e à defensiva política. O Congresso limpou a pauta do Partido permitindo que agora evolua para a definição de uma agenda política centrada no combate ao governo Fernando Henrique e na afirmação de uma alternativa de governo.

Outro ponto positivo do Congresso diz respeito ao fato de que o PT não saiu fragmentado do encontro. O PT que saiu do Congresso não expressa nem a polarização entre dois blocos e nem a velha polarização das tendências. A existência de blocos e configurações menos fixas criam as condições para uma maior permeabilidade política. A imagem de um partido menos fragmentado reflete-se positivamente na opinião pública agregando-lhe mais confiança. A unidade será fundamental para enfrentar o próximo período, definido pelos embates eleitorais e pela necessidade de eleger um grande número de prefeitos e vereadores.

Em outros aspectos, o Congresso deixou muito a desejar. Primeiro, no aspecto material: custos elevados, instalações inapropriadas e alojamentos precários. Mas foi na pauta das discussões onde o resultado foi mais escasso. Afigura-se um desperdício de energias e de recursos humanos e materiais realizar um Congresso centrado em uma palavra de ordem. Desperdiçou-se uma enorme oportunidade ao não se discutir os rumos da esquerda, as alternativas programáticas, as implicações do socialismo ante a crise do neoliberalismo e os desafios do novo milênio.

O Congresso revelou também a falência do seu modelo ou do modelo dos Encontros do PT. Para que o debate interno se viabilize e se torne produtivo, é necessário buscar outros modelos de Encontros. O atual modelo se constitui em uma arena para o combate entre as tendências. É preciso buscar um modelo que se constitua em uma arena para o debate de idéias e propostas, de onde deve emergir a deliberação. Importa, agora, aprender as lições positivas e negativas para enfrentar os novos desafios com mais eficácia.

O Congresso revelou a falência do modelo dos encontros do Partido

José Genoíno
Chapa 3 - Democracia Radical

A burguesia não gostou

O II Congresso do PT reafirmou nosso compromisso socialista. Reconheceu a legitimidade do Fora FHC, que não é uma palavra de ordem golpista. Defendeu a suspensão das privatizações e apontou para uma possível suspensão do pagamento da dívida.

Estas e outras posições desagradaram profundamente a grande burguesia paulista, para quem o Programa da Revolução Democrática "a rigor não é programa (pela esqualidez do conteúdo), nem é revolucionário (pelo abismo que o separa das verdadeiras aspirações do povo) e muito menos democrático (porque só poderia ser implantado à força)." (O Estado de S. Paulo).

Esta reação violenta mostra como é pequeno, no Brasil, o espaço para ser de esquerda e moderado. Por isto mesmo, defendemos que o II Congresso aprovasse uma estratégia socialista, um programa mais radical, um limite mais estreito às alianças eleitorais e mantivesse o caráter militante da democracia partidária, sem filiações em massa nem "urnas abertas" nos encontros de base.

Por isto, também, defendemos o "Fora FHC e a antecipação das eleições", posição aprovada na maioria dos encontros estaduais. Aliás, se faltou tempo para outros debates, foi porque muitos delegados tiveram que ser convencidos a alterar o mandato recebido das bases.

Mas a "esquerda" não estava unida, nem teve apoio do "centro". Assim, mesmo achando que faltou sintonia com as possibilidades da conjuntura, cabe-nos acatar as resoluções do Congresso. E, claro, na eleição da próxima direção nacional, trabalhar para que nossa minoria se transforme em maioria.

Acatar inclui fiscalizar as coligações municipais: possibilidade de alianças amplas não é licença para oportunismo desbragado. Inclui indicar já nosso pré-candidato à Presidência: manter a Frente não implica na passividade do PT. Inclui aprovar estatutos que preservem ao máximo a democracia: que a base referende os pontos polêmicos. Inclui impulsionar a luta social contra o governo e seu programa; e avermelhar as eleições 2000: nem bandeira branca, nem "PT que diz sim". E inclui a possibilidade do PT reagir a um golpe parlamentarista, com a defesa da antecipação das eleições.

Valter Pomar
Chapa 4 - Socialismo ou Barbárie

Congresso é transmitido em tempo real

De 24 a 28 de novembro a página do PT foi acessada 54.418 vezes. Durante esse período, todas as pessoas que visitaram o endereço www.pt.org.br receberam informações em tempo real sobre todos os passos do II Congresso Nacional do PT, que se realizou em Belo Horizonte (MG).

As informações ainda estão disponibilizadas na internet.

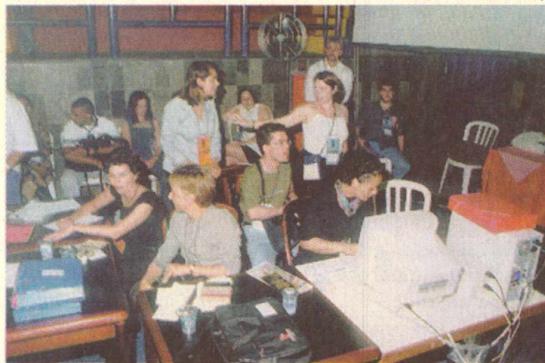
O Núcleo de Comunicação do II Congresso entrevistou, ainda, os três presidenciais e líderes das tendências internas do PT, que fizeram avaliação do Congresso e apresentaram propostas para os rumos do Partido.

Outra novidade lançada na página do PT nos cinco dias do Congresso foi a transmissão ao vivo dos trabalhos. Com uma web câmera instalada no ginásio, onde ocorreram as plenárias, foi possível acompanhar as imagens gravadas no local. Além disso, por meio de fotos digitais, a página foi

atualizada, permitindo a inserção de novas fotos de tempos em tempos.

A página foi criada pela Secretaria Nacional de Comunicação do PT, que publicou, também, diariamente o Linha Aberta - especial do Congresso -, e o Boletim dos Delegados e Delegadas, além de realizar a assessoria de imprensa.

Este trabalho contou com a colaboração de jornalistas de Belo Horizonte e Brasília.



Todas as pessoas que visitaram o endereço www.pt.org.br receberam informações em tempo real sobre todos os passos do II Congresso Nacional do PT, que se realizou em Belo Horizonte



Durante a realização do II Congresso, o **Linha Aberta** (Informativo da Comissão Executiva Nacional do PT) teve edições especiais que circularam somente no Sesc Venda Nova, local do evento, sob responsabilidade da equipe do PT Notícias. Neste sentido, publicamos carta de Markus Sokol, que solicita retificação quanto a autoria de emenda, da qual ele não subscreve.

"Ao Linha Aberta"

Em sua edição de domingo, 28 de novembro de 1999, o **Linha Aberta** publicou, com destaque na página 1, uma nota que erradamente registra que uma emenda por alianças "apenas com o PCdoB, PDT, PSB e PSTU foi rejeitada pelo plenário. A emenda foi defendida por Markus Sokol e advertia sobre o risco de se fazer alianças com partidos como PSDB, PPB, PMDB, PFL, PTB, PSC e PL, que não estão comprometidos com a ruptura com o FMI".

Na realidade, apresentei uma emenda supressiva de todo o trecho do texto-base que listava siglas "aliadas", e propus um critério:

"Para as próximas eleições municipais, a base para as alianças que o PT fará é uma plataforma de ruptura com a política do FMI, excluindo dessas alianças todos os partidos que aplicam esta política de uma forma ou de outra. O PT não pode correr o risco de ser levado a administrar prefeituras para fazer a política de FHC sem FHC" (caderno de emendas).

A redação do LA me atribui uma posição que não é minha. Não creio que o PDT e PSB, como partidos - por exemplo, Garotinho no Rio de Janeiro, ou Lessa em Alagoas - estejam comprometidos com a ruptura com o FMI: também reprimem, demitem e arrocham salários, quebram a Previdência, fazem "guerra fiscal", etc. O que é um fator de corrupção e desmoralização do próprio PT. Ora, justamente, a ruptura com o FMI deveria ser o critério para as alianças."

Markus Sokol

Os avanços do II Congresso

Desbloquear o Partido, superar a bipolaridade que o tem marcado em seus últimos encontros e Congresso, reunificá-lo, reorientando-o em direção à pluralidade e à diversidade de opiniões e posicionamentos políticos. Com essas metas em vista, estivemos presentes ao II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Belo Horizonte (MG). Apesar de ainda estarmos distantes de um Partido ao mesmo tempo coeso e plural, podemos afirmar, com segurança, que o Congresso contribuiu para o avanço do PT nessa direção.

O lançamento da candidatura de Arlindo Chinaglia na disputa pela presidência do Partido não só firmou, em nível nacional, o chamado Terceiro Campo, como permitiu uma exposição maior das correntes políticas que buscam retomar e unificar o PT enquanto um partido de massas, democrático e socialista.

O Congresso mostrou que é grande a insatisfação no Partido com a bipolarização das tendências, em um quadro em que as posições políticas já chegam fechadas às convenções e encontros, sem abertura para o diálogo e o debate franco, aberto e fraternal. Cresce a consciência de que este é o caminho da diluição e da dissolução do Partido, o que só interessa à direita conservadora.

Mas o Congresso também mostrou que é crescente o número de militantes que buscam uma alternativa que tenha a cara do PT, capaz de negociar e pactuar soluções que sejam representativas do conjunto do Partido, e não somente de uma tendência ou corrente política. Uma alternativa que trabalhe pela unificação e fortalecimento do Partido.

Voltamos do II Congresso Nacional do PT com essa motivação ainda mais acirrada e convencidos de que o solo é fértil para replantar o PT em suas origens, o movimento social e popular.

Aliados e companheiros de tendências regionais do País inteiro, reunidos no Movimento PT, mostramos que é possível construir uma alternativa que tenha não somente a cara do PT, mas o compromisso com o conjunto do Partido, com a sua unificação e o seu fortalecimento enquanto instrumento de luta política do povo brasileiro, na construção de uma sociedade socialista.

Nosso compromisso com esta política se torna ainda maior, na medida em que estaremos, a partir de agora, representando o Estado do Rio na Executiva Nacional do Partido.

Cida Diogo
Chapa 5 - Movimento PT

CONGRESSO DO PT

Delegação estrangeira destaca a importância do PT

Uma numerosa delegação de partidos amigos do PT acompanhou com interesse e admiração os trabalhos do II Congresso. Companheiros e companheiras do Canadá, México, Panamá, Nicarágua, Cuba, República Dominicana, Colômbia, Bolívia, Argentina, Uruguai, Portugal, França, Itália e Grã Bretanha esforçaram-se para entender as diferentes etapas da discussão e votação, com a ajuda da equipe da Secretaria de Relações Internacionais que se desdobrou para ser intérprete, motorista, guia turístico...

“Para nosotros esto es espectáculo de ciencia ficción!”, declarava um argentino da Frepaso, elogiando o processo de tomada de decisões, o entusiasmo dos debates e a maneira de resolver os conflitos. O Padre Miguel D’Escoto, da Frente Sandinista, perguntava cada detalhe, no plano organizativo e das posições políticas, porque “era de muito valor para o processo de discussão dentro da FSLN”. E não foram os únicos elogios. Sem ufanismo, é importante constatar a relevância da experiência petista para a esquerda latino-americana.

A saudação lida ao Plenário do Congresso pela companheira da “Alianza por la Democracia”, da República Dominicana, resume bem essa posição: “as organizações internacionais presentes



no II Congresso saúdam fraternalmente o PT pela sua contribuição para a construção de novas formas de fazer política: transparente, ética e com equidade social e de gênero; pela sua abertura e pelo transcendental papel que cumpre na articulação das forças de esquerda, democráticas, progressistas e populares da América Latina”.

A agenda foi muito intensa e houve grande participação da delegação em todos os eventos programados. Foram realizadas reuniões para

tratar de assuntos especiais, como a ocorrida com o deputado italiano Francesco Forgione, da Refundazione Comunista, especialista no combate ao crime organizado com vários deputados petistas. A Secretaria Agrária Nacional também convocou uma reunião para solicitar solidariedade internacional no caso do julgamento de José Rainha.

Momentos de confraternização, como o almoço com Lula e dirigentes partidários,

assim como a viagem a Ouro Preto e a festa “pantenera”, seguida de uma chuva tropicalíssima, contribuíram tanto como os tenso debates para uma compreensão mais ampla da nossa realidade.

Ana Maria Stuart é assessora da Secretaria Nacional de Relações Internacionais do PT

“Para nosotros esto es espectáculo de ciencia ficción!”

No ar, a Rádio Resistência Comunitária

O Coletivo Nacional do PT das Rádios Comunitárias colocou no ar pela primeira vez a transmissão ao vivo do Congresso petista. No 11º Encontro Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1997, uma primeira experiência foi feita, mas não existia ainda um coletivo nesta área. A rádio funcionou durante todo o II Congresso com programações musicais, mesas-redondas, entrevistas e transmissão ao vivo de alguns debates do plenário. A programação foi coordenada pelo coletivo, que tem representantes de



Rondônia, Piauí, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. “Queremos que a

Secretaria Nacional de Comunicação do PT discuta a democratização dos meios, a construção das rádios e TVs

comunitárias, enfim, que tenha uma política de comunicação que inclua estas questões”, coloca George Abner, membro do Coletivo.

Avanços consideráveis

O II Congresso não entusiasmou o Partido, limitando-se aos militantes engajados na estrutura partidária. Mas não se pode negar que houve avanços consideráveis.

Em primeiro lugar, destaco a aprovação da tese-guia “Programa da Revolução Democrática”, dando um padrão programático nas disputas de 2000 e de 2002.

Infelizmente o Congresso não se debruçou como deveria a respeito do Programa do Partido, mas o fato de termos saído dele com um conjunto de resoluções que nos instrumentalizam na disputa do poder no País é sem nenhuma dúvida o ponto mais importante do Congresso. Nesse sentido, concordo plenamente com Lula, quando afirma que a tese-guia “é um verdadeiro programa de governo” (Linha Direta, nº 435).

Em segundo lugar, está o “Fora FHC”. A maioria dos encontros estaduais aprovou o Fora FHC, entendendo como centro da tática do Partido para derrotar o governo de Fernando Henrique. Ao contrário de alguns, não acho errado o Partido se utilizar desse

O II Congresso do PT não entusiasmou o Partido, mas houve alguns avanços

instrumento de mobilização popular, em uma situação em que o modelo neoliberal perde força aos olhos da opinião pública. Não somente a esquerda diz que o neoliberalismo empobrece a maioria do povo enquanto os ricos acumulam fortunas. Em recente entrevista, publicada no jornal O Estado de S. Paulo, Joseph Stiglitz, economista-chefe do Banco Mundial (Bird), diz que a globalização beneficia apenas

alguns indivíduos perdem emprego. São eles que acabam arcando com os custos das mudanças” (grifos nossos).

O Congresso não deliberou o Fora FHC, mas consideramos a resolução aprovada um avanço, pois reconheceu a legitimidade das entidades democráticas e populares defenderem a saída de FHC.

Em terceiro lugar, a política de alianças aprovada arma o Partido para as disputas municipais do próximo ano. Delimitar o leque de alianças prioritários no marco dos partidos de esquerda, dando um tratamento diferenciado ao PPS e abrindo a possibilidade das direções estaduais aprovarem coligações fora do arco de alianças tradicionais do PT, estudando caso a caso, é uma demonstração inequívoca de maturidade política.

O lado negativo do Congresso é mais uma vez não termos feito uma mudança na estrutura interna do PT. O Partido não pode mais conviver com ausência de normas permanentes. As regras mudam a cada encontro, transformando as direções em verdadeiros fóruns de pequenas causas. Precisamos realizar uma Conferência Nacional para tratar tão-somente desse tema.

Iara Bernardi
Chapa 6 - PT de Lutas e de Massas

O PT continua PT

O Congresso do PT decidiu reconhecer “a legitimidade do Fora FHC”. Podemos nos felicitar por isso, mas também constatar que não tomou para si esta bandeira.

O jornal O Estado de S. Paulo, por sua vez, reclamou de que “mesmo sem incorporar as propostas mais lunáticas das facções xiitas (reestatização, oposição à reforma da Previdência e o calote da dívida)”, o Congresso não igualou “a riqueza da esquerda europeia destituída de preconceitos ideológicos sobre o equilíbrio das finanças públicas, a contenção da inflação, a modernização das políticas de proteção social e o papel do Estado na economia globalizada”.

O que essa imprensa, o patronato e Clinton querem é a transformação do PT em um partido da Terceira Via. Quer dizer, que não seja um instrumento da luta do povo trabalhador por suas reivindicações.

Na véspera, o socialismo como horizonte do Partido foi colocado em questão por José Genoíno. Zé Dirceu, reeleito presidente, afirmou já na abertura o compromisso do Partido com o socialismo, e, em particular, que “o PT se formou reunindo todas as correntes no seu interior, ele manterá esta unidade e a liberdade de expressão para todas as correntes internas, neste Congresso como no futuro”.

O Congresso ainda incorporou a bandeira da expulsão das bases da CIA da Amazônia, integrou o combate à “guerra fiscal” e adotou a luta contra a execução de Múmia Abu-Jamal.

Efetivamente, a preparação do Congresso se iniciou há um ano, quando da decisão do Diretório Nacional de marchar para uma “frente orgânica” com PDT e PSB, acompanhada por um discurso de “caça às bruxas”. O que não progrediu.

Após centenas de encontros de base e dezenas de encontros estaduais – onde se expressou a resistência da maioria do povo trabalhador – estabeleceu-se uma situação que levou o chamado “campo majoritário” a ir ao limite, na formulação do Fora FHC, por exemplo.

Mas os problemas não foram resolvidos.

A ampliação das “alianças” nas eleições – para além de PSB e PDT, também com setores do PSDB e PMDB, além do PPS, e mais quem o DN “autorizar”! – ameaça ampliar a verdadeira máquina de moer militantes, que é o PT nesses governos com a burguesia, uma fonte de corrupção e desmoralização do Partido (as chapas não se puseram de acordo nem sobre um critério simples e mínimo de alianças com uma “plataforma de ruptura com a política do FMI, excluindo os partidos que aplicam esta política”).

O PT continua PT também significa a corrente O Trabalho prosseguir seu combate para preservar o PT como partido, instrumento que os trabalhadores querem apropriar para seu combate; do qual a primeira necessidade é precisamente por para Fora FHC e o FMI, abrindo caminho para que, pela democracia, pela Assembléia Constituinte Soberana o povo estabeleça a soberania nacional.

Markus Sokol
Chapa 7 - Fiel ao PT das Origens